Avanços e Desafios no IPCC, UN-Water e BBNJ

Progress and Challenges in the IPCC, UN-Water, and BBNJ

Danielly Magalhães e Guto Galvão

Resumo. A 64º. sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) evidenciou um momento crítico para o avanço do sétimo ciclo de avaliação (AR7), com foco na definição de cronogramas e estruturas dos relatórios científicos que irão orientar políticas climáticas globais. No entanto, o encontro foi marcado por impasses políticos, especialmente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o que resultou na ausência de consenso sobre temas centrais, como o cronograma do AR7 e revisões institucionais. Esse cenário revela desafios crescentes na governança climática multilateral, com tensões entre rigor científico, relevância política e equidade.

A 43ª reunião do UN-Water reforçou a necessidade de acelerar a implementação da agenda global de água, com destaque para a preparação da Conferência da ONU sobre Água de 2026 e do Relatório Síntese do ODS 6. O encontro avançou na coordenação entre agências e no desenvolvimento de documentos estratégicos, mas também evidenciou desafios relacionados à fragmentação institucional, financiamento e integração entre agendas globais, como clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

O terceiro encontro da Comissão Preparatória do BBNJ Agreement marcou a transição da negociação para a implementação do tratado sobre biodiversidade marinha em alto-mar. Embora tenham sido feitos avanços na definição de regras institucionais e operacionais, persistem divergências significativas sobre governança, financiamento e tomada de decisão, com diversos pontos ainda em aberto para a primeira Conferência das Partes. O processo evidencia a complexidade de operacionalizar um novo regime global em um contexto de interesses diversos e pressões crescentes sobre os oceanos.

Palavras-chave: Governança global, Mudança climática, Água e saneamento, Biodiversidade marinha, Multilateralismo

Abstract: *The 64th session of the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) highlighted a critical moment for advancing the seventh assessment cycle (AR7), focusing on defining timelines and structures for scientific reports that will guide global climate policy. However, the meeting was marked by political deadlock, particularly between developed and developing countries, resulting in a lack of consensus on key issues such as the AR7 timeline and institutional reforms. This reflects growing challenges in multilateral climate governance, with tensions between scientific rigor, political relevance, and equity.*

The 43rd meeting of UN-Water emphasized the urgency of accelerating implementation of the global water agenda, particularly through preparations for the 2026 UN Water Conference and the SDG 6 Synthesis Report. While progress was made in coordination and strategic planning, the meeting also revealed ongoing challenges related to institutional fragmentation, financing, and integration across global agendas such as climate, biodiversity, and sustainable development.

The third session of the Preparatory Commission for the BBNJ Agreement marked the transition from negotiation to implementation of the high seas biodiversity treaty. Although progress was achieved in outlining institutional and operational frameworks, significant disagreements remain regarding governance, financing, and decision-making, with several issues deferred to the first Conference of the Parties. This process highlights the complexity of operationalizing a new global regime amid diverse interests and increasing pressure on marine ecosystems.

Keywords: *Global Governance, Climate change, Water and sanitation, Marine biodiversity, Multilateralism*

64ª sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)

Realizado entre 24 e 27 de março de 2026 em Bangkok, a 64ª Sessão do IPCC ocorreu em um momento decisivo do sétimo ciclo de avaliação (AR7), que deverá fornecer a base científica para orientar políticas climáticas globais nos próximos anos. O AR7 mantém a estrutura tradicional do IPCC, com três grandes componentes: o Grupo de Trabalho I, focado na base física das mudanças climáticas; o Grupo de Trabalho II, que aborda impactos, adaptação e vulnerabilidade; e o Grupo de Trabalho III, dedicado à mitigação. Além disso, o ciclo inclui relatórios especiais — como o de cidades e mudanças climáticas — e relatórios metodológicos, incluindo temas como forçadores climáticos de curta duração e tecnologias de remoção de carbono. Esses produtos são essenciais para subsidiar processos internacionais, como o acompanhamento do Acordo de Paris, e para apoiar decisões em saúde, infraestrutura e planejamento territorial.

Apesar da relevância científica do AR7, o IPCC-64 foi dominado por negociações políticas complexas, especialmente em torno da definição do cronograma de entrega dos relatórios. Esse tema, embora inicialmente fora da agenda formal, gerou forte pressão de diversos países — incluindo Índia, Arábia Saudita, China e África do Sul — que exigiram sua inclusão imediata, destacando que a ausência de um cronograma comprometeria o planejamento do ciclo, o orçamento e a participação dos países. Após intensas discussões procedimentais, foi criado um grupo de contato para tratar do tema. No entanto, as negociações revelaram divisões profundas: de um lado, países desenvolvidos e alguns pequenos Estados insulares defenderam cronogramas mais rápidos, alinhados com marcos políticos globais, como o Global Stocktake; de outro, vários países em desenvolvimento argumentaram que prazos mais curtos inviabilizam sua participação efetiva, devido a limitações de capacidade técnica, recursos humanos e financeiros, além da necessidade de evitar sobreposição com processos da United Nations Framework Convention on Climate Change.

As discussões avançaram pouco ao longo da semana. Propostas incluíram desde a submissão de contribuições escritas pelos países até a criação de um grupo de trabalho intersessional ou a elaboração de um documento de opções pelo Secretariado. No entanto, nenhuma dessas alternativas alcançou consenso. O debate também evidenciou tensões sobre o papel da liderança do IPCC versus a autoridade dos governos na definição do cronograma. Ao final, diante da falta de acordo, o tema foi encerrado sem decisão — um resultado incomum e preocupante, dado seu impacto direto na capacidade do IPCC de cumprir seu mandato.

Outro eixo importante de negociação foi a revisão dos Princípios e Procedimentos do IPCC, um processo obrigatório a cada cinco anos. Embora muitos países tenham reconhecido que o sistema atual funciona de maneira robusta, surgiram propostas para ajustes em áreas

como seleção de autores, inclusão de conhecimentos indígenas, uso de inteligência artificial, conflitos de interesse e maior participação de países em desenvolvimento. Novamente, houve divergência entre aqueles que defendiam uma revisão limitada e pragmática e aqueles que pediam um processo mais amplo e aberto. Sem consenso, decidiu-se adiar a revisão para sessões futuras, mantendo o status quo.

Além das questões processuais, a situação financeira do IPCC emergiu como uma preocupação crítica. Foi destacado que, nos últimos anos, os gastos do fundo fiduciário têm superado as contribuições, criando um déficit estrutural que pode levar ao esgotamento dos recursos até 2028. Esse cenário é particularmente preocupante porque coincide com a fase mais intensiva do ciclo de avaliação, quando a demanda por reuniões, revisões e apoio técnico aumenta significativamente. Países discutiram possíveis soluções, incluindo aumento de contribuições, redução de custos e maior uso de reuniões virtuais, mas sem decisões concretas.

De forma geral, o IPCC-64 evidenciou um deslocamento do foco técnico-científico para questões institucionais e políticas. Embora o progresso científico do AR7 tenha sido reconhecido — incluindo a seleção de autores e o avanço de relatórios —, as negociações revelaram um sistema sob pressão, tentando equilibrar rigor científico, relevância política e equidade na participação. A ausência de decisões sobre o cronograma e outros temas-chave indica que o IPCC enfrenta desafios crescentes de governança em um contexto de maior polarização e complexidade global. Ao mesmo tempo, reforça a necessidade de fortalecer capacidades, especialmente em países em desenvolvimento, para garantir que a produção de conhecimento climático continue sendo inclusiva, legítima e útil para a tomada de decisão. Mais detalhes podem ser encontrados na página do IISD.

43ª reunião do UN-Water

Realizada em março de 2026 em Roma, a reunião ocorreu em um contexto de crescente pressão internacional para acelerar o progresso em água e saneamento, especialmente no âmbito do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6). O encontro reuniu agências da ONU, parceiros e governos com um foco estratégico duplo: revisar o progresso recente da agenda global de água e preparar a Conferência da ONU sobre Água de 2026, que será um marco político importante. Ao longo das discussões, ficou evidente que o principal desafio não é mais apenas definir prioridades, mas transformar compromissos existentes em implementação concreta e resultados mensuráveis.

Entre os principais resultados do encontro, destaca-se o avanço na preparação do Relatório Síntese do ODS 6 de 2026, que consolidará uma década de aprendizados e apresentará tendências, lacunas e recomendações para o período pós-2030. Também houve progresso significativo na estruturação da Conferência da ONU sobre Água de 2026, incluindo a definição de seis diálogos interativos temáticos (água para pessoas, planeta, prosperidade, cooperação, processos multilaterais e financiamento), que servirão como base para negociações políticas e lançamento de iniciativas. Além disso, foram fortalecidas iniciativas de coordenação do sistema ONU, como ações para unificar mensagens institucionais, ampliar o uso de dados e evidências, e expandir programas de capacitação em países.

As negociações foram marcadas por um esforço contínuo de coordenação entre múltiplos atores e agendas, refletindo a complexidade do tema água, que atravessa setores como clima, agricultura, energia e saúde. Houve discussões detalhadas sobre como alinhar a

agenda de água com outros processos globais, incluindo o High-level Political Forum on Sustainable Development, as conferências das Convenções do Rio e o acompanhamento do Acordo de Paris. Também se discutiu a necessidade de evitar fragmentação entre iniciativas e garantir coerência entre diferentes fóruns internacionais. Um ponto importante foi o desenvolvimento colaborativo de notas conceituais para os diálogos da conferência de 2026, envolvendo um processo participativo entre governos, agências da ONU e especialistas, com identificação de lacunas, sobreposições e prioridades estratégicas.

As divergências observadas não foram de natureza confrontacional, como em outros fóruns climáticos, mas sim relacionadas a prioridades estratégicas, abordagem e foco temático. Entre as principais tensões destacam-se:

- Definição de prioridades para a Conferência de 2026: equilíbrio entre ambição política e viabilidade de implementação
- Escolha de temas estratégicos futuros (como o tema de 2028): tecnologia versus abordagem mais centrada em equidade e desenvolvimento sustentável
- Nível de integração entre agendas: necessidade de maior conexão entre água, clima, biodiversidade e desenvolvimento
- Participação e inclusão: garantia de engajamento de países, comunidades locais, povos indígenas e sociedade civil
- Coordenação institucional: desafios para alinhar diferentes agências e evitar duplicação de esforços

Além disso, surgiram preocupações sobre lacunas estruturais, como a fragmentação institucional dentro dos países (por exemplo, entre gestão de risco de desastres e governança da água), e a necessidade de fortalecer a interface entre ciência, política e implementação. A partir das discussões, emergem recomendações claras para fortalecer a agenda global de água:

- Focar em implementação concreta, com metas claras e iniciativas escaláveis na Conferência de 2026
- Reforçar a coordenação entre instituições e processos internacionais, evitando fragmentação e duplicação
- Ampliar investimentos e financiamento, incluindo maior engajamento do setor privado
- Fortalecer capacidades nacionais e locais, especialmente em contextos vulneráveis e de crise
- Integrar água com agendas climáticas, de biodiversidade e desenvolvimento, adotando abordagens sistêmicas
- Garantir inclusão e equidade, com participação efetiva de grupos historicamente marginalizados
- Melhorar sistemas de dados e monitoramento, incluindo inovação e uso de ciência cidadã

Em síntese, o evento demonstrou que há um forte alinhamento global sobre a importância da água como eixo estruturante do desenvolvimento sustentável, mas também revelou que o principal desafio está na transição da coordenação para a ação. A Conferência da ONU sobre Água de 2026 surge, portanto, como uma oportunidade crítica para consolidar compromissos políticos em iniciativas concretas, desde que os esforços de preparação consigam superar fragmentações e garantir foco em resultados tangíveis.

Terceiro encontro da Comissão Preparatória do BBNJ Agreement

O terceiro encontro da Comissão Preparatória para a entrada em vigor do acordo sobre biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional — o chamado BBNJ Agreement — marcou um momento de transição entre a negociação e a implementação desse novo regime global de governança dos oceanos. Realizado logo após a entrada em vigor do acordo, o evento teve como principal objetivo preparar as bases institucionais, financeiras e operacionais para a primeira Conferência das Partes (COP1). Embora tenha havido avanços importantes, o encontro revelou tensões significativas e deixou uma série de decisões em aberto, transferindo para a COP1 a responsabilidade de resolver questões críticas.

Entre os principais resultados, destaca-se o avanço na construção da arquitetura institucional do acordo. Os países conseguiram acordar elementos essenciais para a operacionalização inicial, como o mecanismo de compartilhamento de informações (Clearing-House Mechanism), o fundo financeiro específico e a relação com o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Também foram estabelecidas bases para o funcionamento da Conferência das Partes, incluindo regras preliminares de procedimento, modalidades de tomada de decisão e diretrizes para reuniões. Outro avanço importante foi o início do processo para definir a sede permanente do Secretariado, com apresentações formais de países candidatos e definição de critérios e procedimentos para decisão.

No entanto, as negociações foram marcadas por forte complexidade e divergências, especialmente em torno de regras de governança e funcionamento institucional. As principais discussões giraram em torno de como equilibrar eficiência decisória com inclusão e soberania dos Estados. Temas como regras de procedimento da COP, funcionamento dos órgãos subsidiários, regras financeiras e mecanismos de decisão (consenso versus votação) geraram debates intensos. Houve também negociações detalhadas sobre a participação de observadores — incluindo sociedade civil, cientistas e povos indígenas — refletindo diferentes visões sobre transparência e controle intergovernamental.

As divergências mais relevantes podem ser sintetizadas em:

- Tomada de decisão: consenso versus votação (e quais limites e exceções)
- Regras de procedimento da COP: grau de flexibilidade e poder do presidente versus controle dos Estados
- Participação de observadores: abertura e inclusão versus cautela política
- Funcionamento dos órgãos subsidiários: nível de autonomia, composição e critérios de expertise
- Arranjos financeiros: contribuições, governança do fundo e papel de grandes financiadores
- Aplicação territorial e soberania: preocupações sobre possíveis impactos em áreas sob jurisdição nacional
- Modelo institucional do Secretariado: grau de independência versus vínculo com o sistema ONU

Diante dessas divergências, muitos textos foram encaminhados com trechos entre colchetes (brackets), indicando falta de consenso. Isso demonstra que, embora haja acordo sobre a importância do tratado, ainda há disputas significativas sobre sua implementação prática e governança.

A análise do evento mostra que o processo está entrando em uma fase crítica: sair do acordo jurídico para a operacionalização concreta. Há um reconhecimento generalizado de que o sucesso do tratado dependerá da capacidade de transformar compromissos em mecanismos funcionais, especialmente diante da crescente pressão sobre a biodiversidade marinha em alto-mar. Ao mesmo tempo, ficou evidente que questões de soberania, equidade e capacidades nacionais continuam moldando as negociações.

A partir das discussões, emergem recomendações claras para o avanço do processo:

- Buscar compromissos pragmáticos na COP1, especialmente sobre regras de procedimento e financiamento
- Garantir equilíbrio entre eficiência e inclusão, evitando tanto bloqueios decisórios quanto exclusão de países
- Fortalecer capacidades técnicas e institucionais, especialmente em países em desenvolvimento
- Promover transparência e participação multissetorial, incluindo ciência, sociedade civil e povos indígenas
- Assegurar financiamento sustentável e previsível, essencial para a implementação efetiva
- Evitar reabrir negociações do tratado, focando na operacionalização do que já foi acordado

O encontro representou um passo importante, mas incompleto, na construção do regime global para proteção da biodiversidade marinha em alto-mar. O processo avançou institucionalmente, mas deixou claro que a fase de implementação exigirá negociações ainda mais delicadas, nas quais o equilíbrio entre interesses nacionais e bens comuns globais será determinante para o sucesso do acordo. Mais detalhes podem ser encontrados na página do IISD.

No próximo informe

Em paralelo a outros processos multilaterais recentes, destaca-se a realização da *Conferência Internacional sobre a Transição para o Abandono dos Combustíveis Fósseis*, que ocorre entre 24 e 29 de abril de 2026 em Santa Marta, Colômbia. O evento surge como desdobramento direto das discussões iniciadas na Conferência do Clima de Belém em 2025, no âmbito da United Nations Framework Convention on Climate Change, quando uma coalizão de mais de 80 países pressionou pela inclusão explícita da transição dos combustíveis fósseis na agenda climática global. Embora não tenha resultado em uma decisão formal, esse movimento levou à Declaração de Belém, assinada por 24 países, estabelecendo o compromisso com uma transição justa, ordenada e equitativa alinhada à meta de 1,5°C.

A conferência atual busca consolidar uma “coalizão dos dispostos”, criando um espaço político voltado à implementação concreta dessa transição. Entre os principais temas em debate estão a dependência econômica de receitas fósseis, a necessidade de transformar sistemas energéticos — incluindo expansão do acesso à energia e substituição de combustíveis — e o fortalecimento da cooperação internacional, inclusive frente a barreiras institucionais como os mecanismos de resolução de disputas investidor-Estado. O encontro não tem como objetivo

negociar um acordo formal, mas sim produzir um relatório com caminhos viáveis para acelerar a transição, que poderá subsidiar o roteiro em elaboração para a COP30.

Os detalhes das negociações, incluindo posicionamentos dos países e possíveis implicações políticas, serão abordados no próximo informe.